

**Dos Aguadeiros aos *mai ruwa*. Os donos da água em Salvador (BR) e Lagos (NG).
A transmissão transatlântica oitocentista Inglesa do negócio e da técnica
hidráulica.¹**

Diana Margarida Catarino, UFBA/Bahia

Palavras-chave: água, colônia, Ingleses.

Partindo do estudo da atividade de distribuição de d'água da Companhia do Queimado (1853-1905) a Salvador, onde reconhecemos as implicações e interferências sociais e econômicas da administração hídrica na cidade, neste momento é preocupação reconhecer como no outro lado do oceano, em Lagos, na Nigéria, os princípios econômicos ingleses foram instrumentalizados para a solução do problema de escassez d'água potável. Condicionados ao afastamento geográfico, que impossibilita o acesso aos acervos Nigerianos, e ao afastamento social imposto pela COVID-19, desenvolvemos a pesquisa comunicando com quem já olhou para a Nigéria perspectivando os retornados Afro-Brasileiros e insistimos na abordagem via internet, consultando os acervos da Hemeroteca Nacional e jornais Nigerianos. A consulta ao acervo da Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia, foi possível mediante a digitalização da imprescindível documentação.

Interessa conhecer os manejos políticos e consequências sociais da primeira da política hídrica em Lagos (1861-1915), revelada na expressão arquitetônica dos locais de abastecimento. Cultural e economicamente integrada ao Império Britânico, a atuação foi atravessada pela participação de entidades privadas, em paralelo à do Estado, que contribuiu para o abastecimento da população que não acessava ao serviço. Em situação semelhante à ocasionada em Salvador, o trabalho dos aguadeiros manteve-se importante para o suprimento da escassez. Na manipulação hídrica Africana foram influentes os retornados afro-brasileiros da Bahia, que revelaram conhecimento e domínio da tecnologia dos poços artesianos, ainda hoje uma especialidade da Engenharia. Ao encontrar semelhanças germinais, de fundação, com a política comercial Inglesa no panorama contemporâneo, pretendemos entender as aproximações e os afastamentos técnicos, sociais e políticos que precederam à conformação e aceitação pública desta circunstância.

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

No Rio de Janeiro, enquanto capital, a infraestrutura urbana hídrica foi instalada inicialmente em espaços públicos e o abastecimento realizado por meio de chafarizes. A distribuição ao domicílio apenas aconteceu posteriormente. No entanto, constatamos que este padrão não foi uniforme, dependente da capacidade provincial em aceder a grandes recursos financeiros através de empréstimos estrangeiros. A gestão da Companhia do Queimado, em Salvador, é exemplar de uma fase intermediária de distribuição, que iniciou a sua atuação com foco no serviço domiciliar, entendido como a principal fonte de receita da empresa, ignorando o abastecimento gratuito em espaço público, abandonado nas fontes e ao desprezo da Municipalidade.

Este processo demonstra a progressiva mercadorização da água por meio da apropriação e comercialização de um bem até então era tratado como bem de acesso irrestrito. (MURTHA, CASTRO e HELLER, 2015, 200) O Imperialismo econômico e o Liberalismo se infiltraram de modo diferente nas cidades, dependente do ambiente político, urgência sanitária, condições sociais e negociações econômicas, que resultaram em representações espaciais dos locais de captação que espelham a sua valoração social.

Companhias Inglesas no Brasil

Ney Albert Murtha e José Esteban Castro e Léo Heller (2015) analisando a perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e recursos hídricos no Brasil do século XIX, reconhecem a intervenção espelhada na dominante Europeia e Estadunidense, que privilegiava a centralização dos sistemas de suprimento d'água às residências por meio de tubulações. Este modelo não tardou a chegar ao Brasil, encontrando tensões, composição e interesses sociais diferenciados. A autorização para a penetração do sistema Inglês foi dependente da negociação de concessões organizadas pelo poder público provincial, em relações determinadas em contrato, que definiam limites, benesses e limitações à perspectiva econômica sobre o serviço, conformando diferentes grafagens nas principais capitais de província.² Foram organizadas por mentores, na maioria ingleses, que negociaram privilégios, taxas de importação e auferiram capacidade financeira através de financiamentos também ingleses, garantindo

² Em Recife (1848), Pernambuco (1838), Alagoas (1846), Maranhão (1855), Porto Alegre (com duas companhias a partir de 1861 e 1866), Salvador (1853), Belém foi atendida pela Companhia das Águas do Grão-Pará a partir de 1881, assim como Fortaleza, que em 1867 passou a ser atendida por chafarizes da Ceará *Water Works Company Limited*, todas organizadas com capital inglês. (REZENDE e HELLER, 2008).

capacitação para a introdução da infraestrutura, imprescindível aos trópicos flagelados por diversas febres que perturbavam o estrangeiro, sempre o principal visado.

Tomamos como exemplo, para demonstrar as diferentes permissões políticas atravessada pela perspectiva capitalista Inglesa de distribuição d'água, a articulação do Rio de Janeiro (1863), Salvador (1853) e Lagos (1915), três cidades-chave de comércio internacional, com importantes portos comerciais que exigiram medidas urgentes de abastecimento. As estratégias, implantadas em momentos diferentes, denotam intenções claras de organização social, com orientações mercantilistas de um recurso que até então gratuito e ilimitado.

Rio de Janeiro: (1733 - 1885)

A ocupação portuguesa da cidade do Rio de Janeiro iniciou a manipulação artificial em grande escala dos recursos hídricos no séc. XVII, quando também inicia a distribuição gratuita por meio de aqueduto, chafarizes, bicas e fontes, instalados à semelhança de Lisboa.

Nas teses apresentadas à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (FMRJ), na década de 1840, reconhecemos o interesse médico na análise química das águas minerais existentes na capital e encontramos descrições do sistema de abastecimento à cidade. Bento Antonio Luiz Ferreira (1841) descreve que o termo *Cary O'ca*, que significa água corrente de pedra, e o apresenta como o vocábulo pelo qual os primeiros portugueses que habitaram a província denominaram o lugar onde corriam as águas que serviam, não só para alimento, como para todos os usos da vida. (FERREIRA, 1841, 22) Claramente de origem indígena, esta omissão demonstra o descuido ou desinteresse dos lentes da FMRJ pela população autóctone e a insistência em pensar as benesses unicamente recebidas em versão importada.

A captação distante da cidade, em Laranjeiras, trazia muito incômodo, sendo necessário trazê-la para mais perto da cidade, com acesso menos trabalhoso, por meio de um aqueduto. Em 1658 as águas do Carioca foram trazidas até à Ermida de S.^a da Ajuda. A pouca solidez da primeira construção ocasionava bastante desperdício e foi forçoso fazer um aqueduto novo, com bases mais sólidas, em 1733, comparado em grandiosidade e investimento ao Aqueduto das Águas Livres (1731). Recolhendo artificialmente as águas, o aqueduto aumentou o volume de água disponível para distribuição. (FERREIRA, 1841, 22/23)

No final do circuito foi instalado o Chafariz (da Carioca) que abastecia a população gratuitamente. Embora a construção tenha sido financiada através de impostos,

taxas, no chafariz o acesso era gratuito e ilimitado, reconhecendo as autoridades competentes a necessidade de lançarem suas benignas vistas sobre as construções de utilidade comum. (FERREIRA, 1841, 45)

A instalação da rede de encanamento sob pressão, distribuída em torneiras nas esquinas das ruas e penas d'água para abastecer prédios, foi uma alteração importante com instalação iniciada na segunda metade do séc. XIX, sob empreitada do engenheiro Miguel de Frias.

A iniciativa de maior relevância foi protagonizada pelo engenheiro inglês *Edward Gotto*, em 1863, que, obtendo financiamento da casa bancária britânica *Glenn and Mills Co.*, teve capacidade financeira para fundar a empresa *The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited*, tendo a distribuição domiciliar como finalidade. Ao contrário da estratégia da Companhia do Queimado, que apenas ofertou o serviço para aqueles que podiam pagar, no Rio de Janeiro, a negociação contratual por empreitada, garantiu dividendos face a dívida pública contraída, ficando a província encarregue de estabelecer os preços ao consumidor.

Convencida da estratégia, a província se aproximou ao sistema Bretão, centro técnico e comercial difusor, que incentivava a formação de empresas privadas para a realização do serviço público. A legislação provincial do Rio de Janeiro determinou a construção de um sistema semelhante ao de *Leicester*, com atualizações tecnológicas equivalentes às adotadas em Londres (1857). Foram, nestas circunstâncias, instaladas 670 torneiras nos espaços públicos, com abastecimento gratuito, e o abastecimento domiciliar, com 1900 penas, taxado. (BENCHIMOL, 1992, 67)

O serviço foi tendencialmente estruturado nas regiões ocupadas por consumidores com capacidade de pagamento, não atendendo grande parte da população. (BRAADBAART, 2013) Ainda que tenha existido alguma exigência de gratuidade no Rio de Janeiro, o mesmo não aconteceu em Salvador, que forçou a população pobre ao abastecimento em espaços de captação natural, desprovidos de garantias de potabilidade.

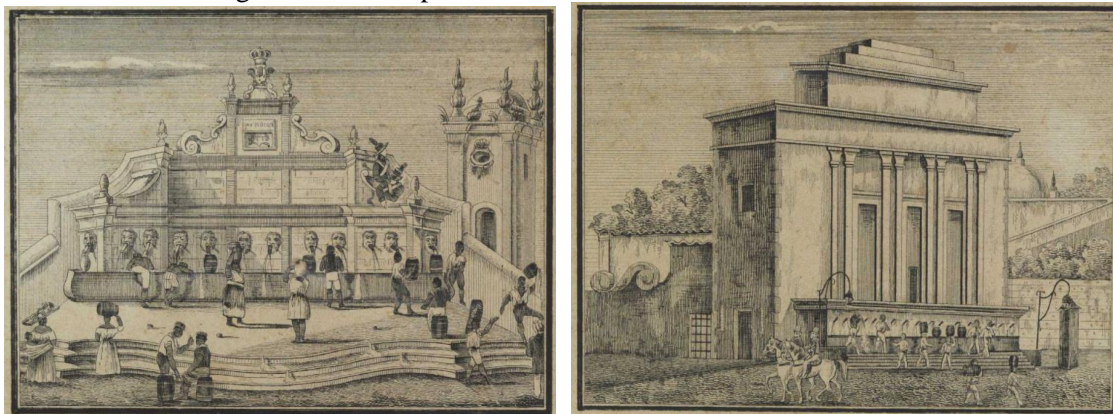
Circunscritas por ideais liberais, as estratégias de distribuição de Salvador e Rio de Janeiro tropeçaram ao reforçar desigualdades sociais, vinculada com a segregação racial, problematizando a presença negra nos espaços públicos da cidade, cada vez mais vitrine, que mostrava pobres, Africanos e Afro-brasileiros: o “problema social”. A distribuição domiciliar resolvia a aglomeração no espaço público, cada vez mais monumental e carregado e simbologia europeia, encaminhando os aguadeiros para outros

locais. Em Salvador para as “casas de vendagem”, locais marginais na malha urbana e no Rio para o domicílio, pagando uma taxa mínima.

Na década de 70 combateu-se “a falsa idéia que tem o Imperador de dar água aos pobres gratuitamente nas fontes e lhe demonstramos que muito mais liberal e higiênico era dar aos pobres água em domicílio por um preço mínimo”. (BENCHIMOL, 1992,72) Embora o sistema público de chafarizes, bicas e torneiras públicas continuasse a funcionar em 1882, o Ministério da Agricultura, Viação e Obras Públicas, determinou a construção de quatorze monumentais fontes de ferro, inauguradas, com estardalhaço, em 1885, mas logo ficaram conhecidas como “chafarizes monumentais secos”, devido à irregularidade do serviço. (BENCHIMOL, 1992,72)

A história urbana do Chafariz da Carioca é representativa da curta duração da perspectiva “de utilidade comum” que resultou no desmonte da infraestrutura hídrica dos espaços públicos da cidade. Um movimento difícil de entender e justificar pela lógica de escassez sempre referenciada na história. Construído em 1733, o chafariz foi remodelado em 1834 pelo arquiteto francês *Grandjean de Montigny*, importando a bagagem cultural francesa, conhecendo a simbologia e representação deste equipamento. Para os emigrantes estrangeiros, os colonizadores, este equipamento era elemento de reavivamento da lembrança da casa colonial, um símbolo da civilização e progresso (nos parâmetros europeus) que os franceses souberam explorar nos espaços das estâncias termais nas colônias Africanas. (JENNINGS, 2006) A modernidade da Primeira República conheceu a alteração da perspectiva/crítica social da arte moderna, que coincidiu com a necessidade de autoafirmação nacional e desvinculação com o passado colonial. Uma questão mais ideológica que técnica, permitiu a demolição do chafariz, em 1925, privando a cidade destes elementos de abastecimento coletivo, sem que tivesse pleno abastecimento domiciliar.

Figura 1 – Duas épocas do Chafariz da Carioca: 1733/1834.



Na Bahia

O uso da hidráulica de referência europeia na Província da Bahia foi recorrente a partir do séc. XVI. Trazida pela ocupação Portuguesa, foi utilizada em engenhos de açúcar tirando proveito da força da maré, produzindo sem ser à custa de tanto sangue³. Em 1850, Santo Amaro (BA) pretendeu a escavação do primeiro poço artesiano do Império, interessada no abastecimento d'água à cidade e no registro da patente de invenção da sonda no Brasil.⁴A aposta foi perdida e abandonada face a dependência de maquinismos e peças importados, dependentes da Alfandega que demorava no seu expediente.⁵

Em Salvador (1549-1905)

Altamente lucrativa, a disputa pela colocação da infraestrutura da capital da província foi acirrada. Pereira Monteiro, aliado a dois investidores, forma a Companhia do Queimado (1853-1905), aproveitando a água armazenada no açude da sua fábrica de tecidos, para o abastecimento à cidade. A venda d'água de poços particulares era uma atividade amplamente exercida, legítima ou não, conformando uma iniciativa privada que foi a principal concorrência ao modelo de negócio da Companhia do Queimado (1853-1905). Os Aguadeiros, na Bahia, escravizados de ganho ou libertos⁶, transportando o líquido dos pontos de venda para o domicílio, adquiriam um recurso para a sobrevivência.

A oferta d'água foi oferecida em três modalidades: a mais vantajosa, na qual a Companhia investiu maiores somas, através das penas domiciliares; nos chafarizes instalados nos espaços públicos, que importaram o significado representativo pelas qualidades artísticas, verdadeiros monumentos tecnológicos e de representação, que pretenderam grafar a imagem do progresso da cidade e a imagem da Companhia, participando no projeto de propaganda externa; e nas “casas de vendagem”.

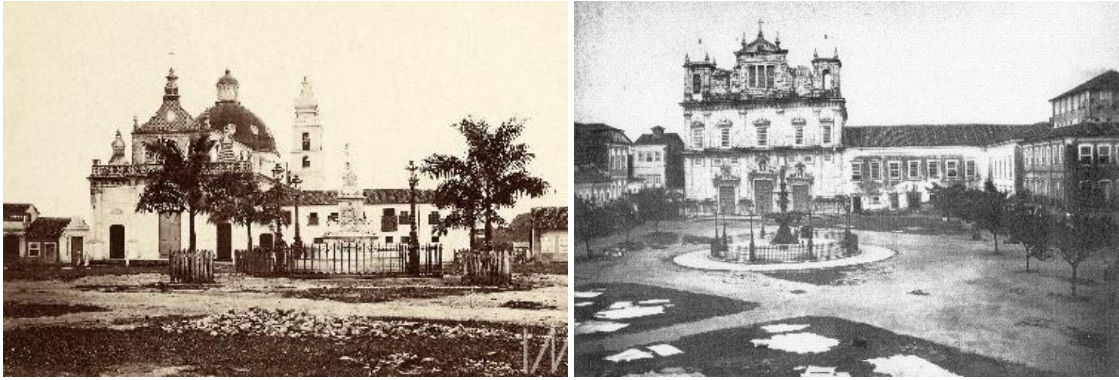
Figura 2 - Chafariz da Piedade (1862); Terreiro de Jesus (1859); Bonfim (1888).

³ Idade D'Ouro, Suplemento Extraordinário (BA), n.º 99, 1818, p.1;

⁴ Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo (BA), edição 1, 1857, p.41.

⁵ Uma peça tinha uma inscrição em que se reconhecia ter sido expedida de Paris no mês de setembro de 1850, saindo da Alfandega da Bahia em 1857. Fala do Presidente da Província João Lins Sinimbu (BA), edição 1, 1857, pág. 127; Fala do Presidente da Província Paes Barreto (BA), 15/03/1859, edição 1, 1859, pág. 109/110;

⁶ A conformação racial dos Aguadeiros, Africanos e Afro-Brasileiros, da Bahia contrastou com a do Rio de Janeiro, comumente brancos, Portugueses. Esta situação pode ser compreendida pela resistência dos Portugueses na Bahia em abrir mão do seu status social colaborando nos serviços públicos de abastecimento à cidade.



Referência: acervo IMS: Benjamin Mulock; Camilo Vedari, 1862, (apud Holthe, 2002, 184)

Em plena atividade da Companhia, o Inspetor de Saúde Pública de Salvador, Dr. José de Góes Sequeira remeteu ao Presidente da Província o relatório anual (1865)⁷ que sugere a adoção técnica para a distribuição d'água à cidade de uma empresa semelhante à Inglesa, com muitas aplicações práticas e imenso e variado alcance, que obteria resultados que revertiam diretamente em benefício da saúde pública! (SEQUEIRA, 1865, 165) O Inspector referia-se à *Water Supply, Drainage and Towns Improvement Company* como empresa exemplar, que instalou em diferentes cidades da Grã-Bretanha o fornecimento d'água necessário à vida doméstica e à irrigação. Era da sua competência também o asseio das ruas, a remoção das matérias sólidas procedentes de cloacas e acumuladas nos esgotos, e tudo quanto fosse referente ao serviço de incêndios, indo ao encontro dos objetivos iniciais do Queimado em alargar a oferta dos serviços ao asseio da cidade, nivelamento de praças, construção de ruas⁸. A centralização dos serviços em uma só entidade privada, foi em Salvador, uma pretensão Vermelha, Conservadora, em oposição à Azul, Liberal, opositora à pretensão, apoiante do sistema concorrencial. A pretensão não foi conseguida, embora os grupos de pressão política conservadora na Bahia, de poderosos fazendeiros, antigos proprietários de escravizados, mantivesse forte influência garantindo seus proveitos, procurando nos negócios da infraestrutura urbana manter seu status social e controlo econômico da Província.

[...] Ora em nosso paiz, guardadas as proporções, se não poderião fundar Compa.^{as} com semelhantes fins? Eu creio que sim: e taes Empresas convenientemente dirigidas trarião resultados mais profícuos em relação a hygiene publica. – Nesta Capital a Comp.^a Aquaria do Queimado já poderia ser o núcleo d'uma Empresa d'essa natureza: se ella fosse animada, e recebesse todo o impulso e desenvolvimento estou certo que se lhe poderia dar esta direção o que seria de

⁷ Relatório acerca do Estado Sanitário da Província da Bahia durante o ano de 1864, elaborado pelo Inspector da Saúde Pública e enviado ao Presidente da Junta Central de Higiene Pública, sendo remetido, mediante cópia, ao Presidente da Província a 25/02/1872. (Gazeta Médica da Bahia (BA), 2004;74:2 (Jul-Dez): 157-167)

⁸ Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 150, 1865, pág. 1;

summa utilidade, e n'isto vou de acordo com a opinião da Comissão da Gran-Bretanha, isto é, que a salubridade desses diversos centros de população muito ganharia, concentrado-se tanto quanto fosse possível nas mãos d'uma mesma Comp.^a o abastecimento d'água, o dessecamento e saneamento das respectivas localidades. (SEQUEIRA, 1865, 165)

Nesta mensagem, Góes Sequeira deixa claro a sua opção política para a gestão da cidade: a formação de uma empresa total que abrangesse todos os ramos da higiene pública. Como Inspetor de Saúde Pública, seu posicionamento foi relevante, causando desconforto e briga declarada entre os seus colegas da Faculdade de Medicina da Bahia (FAMEB) e a sociedade que discordavam com a opinião do Inspetor, que sempre a considerava a água de boa qualidade, afrontando prestigiados lentes da FAMEB que procuraram atualizar o método de análise e interpretação científica da água. Verdadeiras batalhas científicas foram travadas entre renomados nomes da FAMEB em jornais que expuseram engajamentos partidários, ofensas pessoais e desconsideradoras.

Rozendo Guimarães (1871) denunciou os responsáveis pela higiene da cidade por engajamento na defesa dos privilégios da Companhia. Condena os poderes públicos por displicência com os bens essenciais, sempre mais atarefados com empresas de maior vulto, que têm reputado as necessidades mais vitais do povo, a alimentação e a saúde, como coisas muito secundárias ou que não valem a pena, esquecidos ou zombando do aforismo, responsabilizando a sua classe por compactuar com o mau serviço prestado:

[...] a commandita do Queimado, senhora de baração e cutello, que cerra as pennas d'água, sem piedade e despoticamente, que não consente, nem quer que venda ou dê água quem a comprou e cuja propriedade não deve ter competidores, nem mesmo nas fontes publicas do povo, porque é privilegiada por dentro e por fora! (GUIMARÃES, 1871, 28)

Nova comissão formada a 18 de fevereiro de 1872, composta pelos principais nomes da FAMEB, sofreu consecutivas escusas, demonstrando a falta de soluções técnicas e científicas para o problema.⁹ O Liberalismo impedia a intervenção Estatal em áreas de iniciativa privada, mas a autoridade pública mantinha medidas protecionistas.

A concorrência e os privilégios.

A questão concorrencial foi problematizada em 1865, quando foi inevitável a intervenção provincial, uma vez que a família Lacerda assumia relevante concorrência ao Queimado. Dizia-se que só bebiam da água do Queimado “aquelles indivíduos que absolutamente não podem dar 20 rs. por um barril de agua da roça do Sr. Lacerda, no

⁹ Relatório do Vice-Presidente Almeida Couto a 1/03/1873, edição 1, 1873, pág. 17.

Tororó, que a vende em grande porção.” (Correio Mercantil e Instructivo, Político, Universal (RJ), edição 42, 1865, pág. 1) A solicitação formal de venda d’água ao Município obrigou à discussão dos privilégios de venda d’água entre a Província e o Município, quando era já consensual que os privilégios não poderiam ser ampliados, mas restritos. Da análise do contrato derivaram, novamente, entendimentos dispares entre o Município e a Província.

Segundo o Município, o contrato não determinava o privilégio e, seguindo o princípio de que os privilégios não podiam ser presumidos nem supostos, mas claros e determinados expressamente na lei, entende que a Companhia não o detinha. A permissão aos particulares de vender água das suas casas ou roças, pela forma e maneira que lhe prouvesse e agradasse, reforçava a legitimava a oferta do serviço pelos Lacerda.

Em protesto, a Companhia recorreu ao governo Provincial, que contrariou o Municipal e determinou que se cassasse a licença do Dr. Augusto de Lacerda, entendendo a existência da exclusividade da venda pertencente ao Queimado. Apesar de reconhecer que o privilégio não era claro no contrato e na lei, entendeu, todavia, que se devia presumir em razão dos ônus a que a companhia se sujeitou. Dificultando a formação de concorrência, a Província assegurou o futuro da empresa “que tantos benefícios trouxe à cidade”. (Jornal do Commercio (RJ), edição 156, 6/07/1866, p.1) É então acusado de apadrinhar as “monstruosas pretensões da companhia do Queimado, e que só o ódio, a cegueira, podem sustentar a guerra encarniçada de que é victima o Dr. Lacerda”. Anteviu-se um quadro de dependência: “se o machinismo soffrer algum desarranjo a que esta sujeito, de sorte que leve dous ou três mezes a reparar, deverá a cidade morrer á sede, porque ninguém lhe póde fornecer agua!” (Jornal do Commercio (RJ), edição 156, 1866, p.1; edição 159, p.2)

Oh! Quanta oposição não precisou para vencer a Companhia do Queimado! Sem o espírito descortinador e audaz de um Lacerda, e sua vontade firme não teríamos no elevador hydraulico o grandioso melhoramento, cujas vantagens diariamente vamos todos experimentando. Não há, não póde haver mais eficaz agente do progresso do que a iniciativa individual e o espirito da empresa; se inspira em sincero patriotismo quem o estimula e anima; como também não póde deixar de ser considerado máo cidadão que o desgosta e desacoroçoa por motivos pequenos, tirados da paixão e do ódio. (Diário do Rio de Janeiro (RJ), edição 136, 1874, pág. 2)

“No Rio de Janeiro os chafarizes servem água gratis as pessoas. Só na Bahia na retaguarda o seu povo vai à fonte COMPRAR ÁGUA”. (A Cidade do Salvador (BA), 7/05/1898) Ainda que se nas casas existisse água encanada gratuitamente, as fontes são necessárias e devem se encontrar bem tratadas e limpas, sendo reconhecidamente úteis

mesmo com o completo suprimento domiciliar: “Para não citarmos outros paízes, citemos o nosso mesmo: São Paulo e Rio de Janeiro, apesar da sua alta civilização, têm fontes publicas.” (Diário de Notícias (BA), 8/02/1912)

Lagos (NG), (1861-1915)

O domínio econômico Britânico ocupou Lagos, o seu primeiro território Nigeriano, a partir de 1861. Teve o intuito de proteger seus interesses comerciais, principalmente o movimento do porto, importante *hub* comercial, colonos e a campanha anti-escravatura. O interesse pela colônia como fonte de matérias-primas para exportação mudou drasticamente o ambiente social e econômico do sistema pré-colonial. A ocupação não ocorreu sem resistência, entre arranjos entre as elites locais e luta armada, ocupando a administração inglesa com políticas bélicas e articulações de ocupação territorial. (ACEY, 2007, 53)

A cidade crescia com a chegada do colonizador e via sua população aumentar. O abastecimento d'água foi uma preocupação uma vez que dela dependiam muitos habitantes e mantinha o abastecimento vernacular, em nascentes e poços do continente. A necessidade de abastecimento ao porto, de navios e tripulação agravada a situação.

Regressado a Lagos na década de 1860, João da Rocha descreve o cenário urbano de Lagos em condições sanitárias deploráveis, ausência de fossas e imundices nas ruas. No romance de Antonio Olinto “A Casa da Água” (1978) o serviço de abastecimento das ilhas, nas proximidades do movimento portuário onde se instalaram os recém-chegados, é descrito como dependente do transporte de *Abeokuta*, do continente:

[...] de lá é que vinha a água para Lagos, a do canal era salobra, ninguém podia beber, vinha em potes e tinas, de canoa, pelo rio Ogun, e todos iam apanhá-la numa ponta da ilha, Mariana aprendeu a equilibrar vasos na cabeça. Pagava-se pela água, as pessoas com mais tempo na cidade contavam que antigamente não havia dinheiro, todos usavam búzios, um *penny* correspondia a doze búzios [...] (OLINTO, 1978, 79)

Edward Said em “Territórios sobrepostos, histórias entrelaçadas” (2011) refere a linha de continuidade, justaposição e sobreposição que acontecem nas diferentes culturas fruto da fusão de experiências vividas pelos seus intervenientes. Nesta circunstância, encontramos em João da Rocha um personagem-chave neste processo que demonstra a complexidade da abordagem, dependente da definição de limites temporais de análise. A consideração do protagonista ser um disseminador de progressos tecnológicos hídricos para Lagos não é unânime e encontra algum desagrado nos teóricos Pan-Africanistas. No entanto, já se conhecendo mais dados relativos à vida de Esan na Bahia e do sistema de

abastecimento Baiano da época, podemos reafirmar a sua proximidade ao sistema de abastecimento d'água, que já tratava a água como mercadoria, vendável.

A intervenção dos retornados Afro-brasileiros em melhorias de abastecimento em África não é exclusividade de Lagos. É reconhecida a sua atuação em outras cidades que os acolheram, na Nigéria, Togo, Benim e Gana. Dizem que regressaram com habilidades profissionais e dinheiro. Entre eles haviam pedreiros, carpinteiros, alfaiates, ferreiros, ourives, escavadores de poços de água potável e famílias com habilidades no cultivo agrícola. Em Acra, a habilidade dos recém-chegados em cavar poços contribuiu reconhecidamente para o sucesso no cultivo das terras que lhes foram dadas. Cavavam poços profundos que captavam água limpa e fresca, que generosamente repartiam. A habilidade dos *tabom* em “adivinhar” os lugares adequados para abrir poços era muito bem lembrada até o século XX. (AYESU e AMOR, 2005, 44/47) Lembramos a principal inovação dos poços artesianos: a capacidade de encontrar água em profundidade, onde não florescia naturalmente. Esta capacidade, dependente de conhecimentos geológicos, geográficos e mecânicos, aproximou a água à população melhorando significativamente as condições de acesso.

Capturado na década de 1850, com dez anos, e comprado, como mercadoria, na hipótese de Jeferson Bacelar, por Barão de Passé, Esan viveu grande parte da sua estada na Bahia no interior, no engenho que o autor sugere ser o Freguesia, próximo a Candeias. Sua bisneta, Angelica Oyediran, apresenta outra versão, referindo que fora “comprado por um comerciante que lidava com têxteis.” (entrevista de Angelica Oyediran) Apesar do relato de sua bisneta, complexificar o panorama, a ligação da indústria têxtil não afasta Esan ao negócio da água, uma vez que d'esta indústria se desenvolveu a atividade.¹⁰ Estas hipóteses, possíveis, entrelaçam interpretações e circunstâncias, mas as duas são próximas à indústria de abastecimento de água Baiana.

Na versão narrada pelo próprio, em entrevista para Meisner (2005), Esan se considerou um escravo aristocrático, que aprendeu com o seu proprietário “a falar português, a ler, a escrever e como fazer negócio”. Um trabalhador privilegiado que desde cedo ajudou o barão na sua mansão, indo várias vezes à cidade (Candeias), trabalhando de perto no seu escritório. Com alguma liberdade, que disse ter, é possível que tenha

¹⁰ A família Lacerda dirigia a Fábrica de tecidos “Todos os Santos”, que disputará a venda d'água do Tororó. O negociante Domingos Gomes Ferreira, foi proprietário da Fábrica da Conceição, que solicitou autorização para encanamento das águas para a casa de prisão. (Jornal do Commercio (BA), 9/06/1866)

conhecido ou acompanhado o polêmico processo de escavação do primeiro poço artesiano de Santo Amaro (1850-1862), na cidade vizinha.

Da sua passagem por Salvador, depois de conseguida a abençoada alforria, se conhece residência na rua da Força, aguardando oportunidade de embarque. Com certeza conhecera o impacto urbano da Companhia, que vendia água nas praças próximas, contando com uma presença urbana impossível de ignorar, mobilizando aguadeiros, carroças, enfim, todo o sistema de abastecimento para os que não podiam pagar pelo serviço domiciliar, a maior parte da população.

Em Lagos Esan iniciou a sua atividade com a construção da sua moradia familiar, a “Casa da Água”, na Rua *Kakawa* em “estilo brasileiro”, considerada um dos melhores exemplares de arquitetura colonial Brasileira. O protagonismo da habitação e o nome porque ficou conhecida derivam da existência do poço artesiano no pátio interno: “a primeira fonte dentro do centro da cidade de Lagos e as pessoas vinham de todas as partes comprar água. Até mesmo *Oba* bebeu dela”. (MEISNER, 2005) A venda d’água foi uma atividade lucrativa, encurtando distâncias, tratando-se quase de um monopólio à época.

Günter Weimer (2014) ao discutir o sobrado Brasileiro em terras Africanas, questiona alguns autores que referenciam a tipologia de pátio interno como derivação direta das casas coloniais Brasileiras. Considera este entendimento uma generalização difícil, uma vez que a tipologia habitacional Brasileira mais frequente, recuperando a referência (errônea) de *Vauthier* que considerou que “quem viu uma viu todas”, era a habitação urbana, sem pátio interno.¹¹ Nesta asserção considerou “altamente questionável a reiterada afirmação de que a existência de um poço no pátio interno da *Water House* de João Esan da Rocha seria uma inovação trazida do Brasil.” (WEIMER, 2014, 288)

Figura 3 Casa da Água na Rua *Bamgbose*, Lagos.

¹¹ Weimer aproxima esta relação com as casas tradicionais iorubas, que apresentavam um pátio interno, multifuncional, o que demonstraria muito claramente a vontade da volta à Mãe África, e também o retorno aos modos de vida e de concepções africanas.



Referência: Google Earth, consultado a 22 de abril de 2019.

No entanto, ao interlaçar a experiência rural de João da Rocha, no engenho Freguesia, a sua experiência urbana de Salvador, o possível conhecimento do processo de implantação do poço artesiano de Santo Amaro, o uso da barragem para abastecimento das fábricas de tecidos, copo geral de captação da Companhia, todos estes *inputs* sugerem uma aproximação física e intelectual do protagonista tanto ao sistema de distribuição de água como ao conhecimento das tipologias urbanas e rurais, de que é exemplo o engenho Freguesia. Günter Weimer descarta a possibilidade desta alteração ser mais que construída e passível de visualização em planta, mas tecnológica. Fica por diferenciar a existência de “cisterna que recolhia as águas dos telhados” e a construção artificial de um poço artesiano, que implica inovação técnica e tecnológica da qual existem vários relatos de importação na vanguarda da atividade retornados Afro-Brasileiros.

A 19/11/1864 o Jornal *Anglo-African* elogia a melhoria sanitária da cidade, afirmando que quem conheceu Lagos antes de tornar-se Colônia Britânica pode testemunhar uma mudança para melhor de sua condição sanitária, como resultado de um governo civilizado e a atenção que as autoridades tem dado ao assunto. Conclui alertando para a importância do suprimento de água, não havendo nada mais desejável, convencido e convencendo que poços profundos em localizações convenientes seriam de grande vantagem. Daí a importância do poço de Esan: o primeiro. (BACELAR, 2020) Seguindo a sugestão do jornal *Anglo-African*¹², *Sir John Glover*, Governador Colonial de Lagos, ordenou a escavação de poços públicos na cidade.

¹² 19 de novembro de 1864.

Com acesso e conhecimento da tecnologia hidráulica que se experimentava quer nos engenhos, quer dos poços artesianos, ao voltar para África João da Rocha teve apetência para desenvolver o próprio problema que virou negócio, que beneficiou sua família e sua comunidade, e que lhe auferiu de condições para que se transformasse em um próspero comerciante, com vasto leque de oferta de produtos de comércio internacional.

Os “de beber”¹³ também se formulam pela oferta do mercado abastecedor, como enfatiza Henrique Carneiro (2003), que lembra que os alimentos foram/são as principais mercadorias transacionadas no mercado internacional, sujeitos à articulação entre a oferta e procura. Assim como no Brasil, que na segunda metade do séc. XIX já consumia água mineral importada¹⁴, reconhecemos a mesma articulação em Lagos que pretendeu a mesma reafirmação do status social do consumidor. Cândido da Rocha, em Lagos, assim como mandava lavar sua roupa em Inglaterra, também importou e consumiu água engarrafada Europeia, consciente do significado social destas extravagâncias que relacionam prestígio social com o consumo de bebidas. (CONTRERAS, 1993)

Quando finalmente o governo pretendeu intervir no serviço, apesar da Inglaterra ser um forte financiador no Brasil, as suas colônias não tiveram acesso ao financiamento da Coroa uma vez que fomentava colônias autossustentáveis, dispendendo um financiamento mínimo, autorizado para infraestruturas ou prestação de serviços. (ACEY, 2007, 50) Nunca existiu qualquer apoio Real substancial para investimento em infraestrutura hídrica. Fazê-lo indicaria o desejo de desenvolver a cidade para as massas Africanas, o que não era prioritário. Em vez disso, a cidade era utilizada como *hub* de receitas para a empresa da colonização britânica. (ACEY, 2007, 56) O pouco que a Coroa gastou foi investido em infraestruturas relacionadas com a extração mineral e seu transporte, como os caminhos-de-ferro.

Existem referências, como as encontradas na revista Nigeriana *Maganize Millionaire*¹⁵, que alega se basear em relatórios, que relacionam o filho de Esan, Cândido da Rocha, com a articulação da distribuição d'água canalizada para a Ilha de Lagos, *Yaba*,

¹³ “Águas de beber” - Termo copiado dos estudos de Domingos Monteiro (1897).

¹⁴ Vale lembrar que em 1877 a água de *Selts*, alemã, já expedia cerca de dois milhões de garrafas. (CHERNOVIZ, 1988, 63) A inglesa *Apollinaris*, em 1889, 12,000,000 garrafas anualmente, e em 1904, *Vichy* exportava quatorze milhões de garrafas, comprovando que na segunda metade do séc. XIX já existia uma indústria imperial europeia de água mineral que se exportava para as colônias. (Almanak Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ), 1889, pág. 1958)

¹⁵ *Maganize Millionaire*, February, 1, 2017, millionaire.ng, consultado a 5/05/2019;

Ebute-Metta a partir da barragem de *Iju*. Sugere que Candido da Rocha fora nomeado pela administração como responsável pela *Iju Water Works*, primeira Companhia estadual responsável pelo abastecimento, quando a administração colonial pagava a Da Rocha pelo abastecimento ao estado. No entanto, as referências a este envolvimento são ainda escassas, e reconhecendo o quando a história é confundida pela estória, é um assunto que deixamos em suspeita, com intenção de investigar, por não nos parecer estranho ao ambiente de investimento à época, o envolvimento de uma família de prestígio social e conhecimento técnico que prosperou rapidamente, graças ao tino comercial de seu patriarca.

A implantação do serviço de água encanada, foi decidido apenas em 1908, devido à firme rejeição da população local às taxas que os ingleses queriam impor, de uma importante agitação política, que opunha os lagosianos aos europeus” (P.Cole, 1975: 98 *apud* CUNHA, 1985, 15) A infraestrutura de água canalizada, necessariamente captada longe do núcleo urbano, foi então considerada uma medida urgente, mas os desacordos sociais desencorajavam o investimento. Até então, aos europeus e "nativos mais esclarecidos e educados" era sugerido o realojamento em "um local mais saudável, onde se possa obter boa água e onde se possa instituir uma drenagem adequada *ab initio*".

O primeiro serviço público foi instalado no cruzamento das ruas *Bankole* e *Chapel*, na área de *Olowogbowo* da Ilha de Lagos. Afastado das referências portuguesas que investiu em monumentos públicos de abastecimento, e muito mais afastado ainda da referência Francesa da monumentalização dos mesmos, a estratégia inglesa em Lagos teve uma resposta meramente técnica e econômica.

Figura 4 – Torneiras de abastecimento no cruzamento da *Bankole* e *Chapel Street*, *Olowogbowo*, na Ilha de Lagos.



Referência: Google Earth, consultado a 2/09/2020;

A construção de Iju

No início de 1899, foi definida a construção do equipamento de água canalizada pelo Governador Colonial impondo uma taxa obrigatória a todos os proprietários da cidade. "Medidas fortes" ameaçaram opositores. A antipatia do povo a qualquer forma de tributação tornou-se uma questão sociopolítica importante em Lagos durante os anos entre guerras. Embora a maior parte deste montante recaísse sobre receitas públicas, o restante foi suportado pelo povo. *Frederick Lugard*, agora governador Geral da Nigéria, garantiu que Lagos não pagaria mais de um quarto do custo e negociou valores e isenções de pagamento em algumas situações.

Após tentativas infrutíferas de encontrar fontes de água adequadas nas planícies de *Ikoyi* e *Apapa*¹⁶, a captação d'água no continente manteve-se como a alternativa mais apropriada e o local escolhido para a captação foi *Iju*, vinte quilômetros a norte de Lagos, abaixo da confluência do rio *Adiyan* e *Iju*. Sob gestão do governo federal foi articulada a construção da barragem, com capacidade para abastecimento de 2,45 milhões de galões por dia, formando a espinha dorsal de abastecimento de Lagos. O Governo adquiriu e vedou uma área de 151 acres de terra, rio e pântano em redor da estação de água, arrendado por 999 anos. A área era originalmente escassamente povoada existindo apenas algumas quintas nas proximidades. Os habitantes foram proibidos de lavar ou tomar banho nos rios e na área arrendada, com patrulhamento policial.

A construção começou em 1910, o comissionamento ocorreu em 1º de julho de 1915, e o abastecimento começou em agosto de 1915. Da barragem, a água foi encaminhada até *Ikoyi* e *Obalende*, bairros de residência predominante europeia. Mais tarde, o abastecimento foi alargado para a Ilha de Lagos, onde os Saros e os Brasileiros viviam, juntamente com os Iorubás indígenas, povos *Egba*, *Ijebu* e outros. Após a conclusão do reservatório, cerca de 200 bebedouros e 250 hidrantes foram instalados para combate a incêndios.

A principal motivação do melhoramento foi abastecer os residentes estrangeiros, o colonizador, dando preferência para a "Lagos Antiga", que na época era referente à Ilha de Lagos, *Ikoyi* e arredores. Um jornal de Lagos observou em 1915 que a água potável e as "casas finas" eram as principais mudanças que ocorriam na cidade durante este período, quando a melhoria do abastecimento começava a melhorar as taxas de mortalidade. A

¹⁶ *Ikoyi* é uma área residencial na Ilha de Lagos exclusiva para europeus. Preservada através de cláusulas discriminatórias que garantia nos contratos de arrendamento a não permissão da sublocação a não-europeus. Situação semelhante acontece na área de *Apapa*.

água foi também fornecida a navios mercantes e navios do governo que faziam escala no porto, consumindo uma proporção substancial da água fornecida à cidade.

No final do período colonial (1954), o abastecimento de água não tinha coberto várias partes do continente. Pode notar-se que a introdução de água canalizada não levou ao abandono dos poços como fonte de abastecimento. Em 1921, existiam 2.679 poços na área metropolitana, 1.478 em Lagos e 1.201 em *Ebute Metta*. Durante o último quarto do século XX, a cidade sofreu um grave déficit de abastecimento que foi colmatado por meios alternativos de abastecimento. A alternativa mais importante é operada por aguadeiros que comercializam subindo e descendo ruas e de porta em porta. Existem também empresas privadas e instituições públicas que aliviam as privações do seu pessoal. Podemos afirmar que tais fornecedores alternativos, corporativos e privados, fornecem a maior parte da água consumida. Uma fonte igualmente importante de abastecimento público de água em Lagos é a água embalada, popularmente conhecida como "água pura", vendida nas ruas.

Conclusão

Analisando as primeiras políticas de implantação da infraestrutura hídrica urbana em três cidades colonizadas, Rio de Janeiro (BR), Salvador (BR) e Lagos (NG) constatamos que desenvolveram processos de abastecimento dependentes de ideologias políticas que foram tensionadas por padrões econômicos ingleses que, com forte capacidade de financiamento, ofertaram o serviço acordado nas províncias Brasileiras.

Se no Rio de Janeiro, o regime de contratação por empreitada, garantiu a distribuição de água ilimitada e gratuita nos chafarizes e em torneiras públicas, a partir da década de 70, se discutia a distribuição domiciliar a todos, mediante o pagamento de uma taxa mínima "libertando" o espaço público da função e da presença indesejada dos vulneráveis. Em Salvador, esta abordagem relegou a dinâmica do abastecimento para as casas de vendagem, instaladas em espaços marginais na malha urbana. A ineficácia do serviço forçou o progressivo envolvimento Provincial nas condições de abastecimento, inevitável face à insistente contestação social.

Enquanto o social, racializado, negro e de estrato social baixo, era apagado da imagem da cidade, o espaço público se monumentalizava aos moldes franceses, articulando o urbano aproximado às referências urbanas europeias, incompatibilizado pelo uso social, que desprestigiava por sua composição racial, que não queria ser apresentada ao estrangeiro.

Impedida de se autofinanciar, por uma política que enfatizada o autofinanciamento das colônias Britânicas, Lagos não teve acesso ao financiamento inglês. Enfrentou forte resistência das lideranças locais em aceitar a taxaçoão d'água. Um ultimato de força instituiu a obrigatoriedade, e proporcionou a construção da barragem e a instalação de torneiras em espaços públicos. Privilegiando o abastecimento ao porto, essencial para a garantia de escoação das matérias primas e o abastecimento do colonizador. Estas torneiras privilegiaram o funcional, descartando a poética arquetônica ou simbólica.

Lagos é conhecida como a cidade da auto infraestrutura, uma vez que apenas 10% da população tem acesso à água fornecida pela estatal. Os habitantes aperfeiçoaram estratégias de sobrevivência, de autoajuda, face à crise de abastecimento. Aí os aguadeiros foram denominados como *mairuwa* que significa “os donos da água” no idioma hauça, evidenciando a dependência do abastecimento a privados. Sob várias circunstâncias se construíram espaços de apartamento hídrico com nuances raciais e territoriais, que expressaram a desigualdade de acesso ao líquido dependente da cor/proveniência, associados intrinsecamente à valoração do civilizado (europeu) e “selvagem” (nativo).

Concluimos constatando o apelo econômico que cerca a administração do líquido no espaço urbano e a gradual displicência das autoridades públicas em promover medidas para garantir condições de saneamento e higiene nos espaços de captação natural, fontes, lagos e represas. Este abandono foi suprimido pelos empreendedores privados, legais ou não, que captaram a distribuição d'água potável à população que não podia pagar pelo serviço. É, portanto, necessário garantir espaços urbanos de captação, públicos, em condições higiênicas e de potabilidade pelo poder público. Contemporaneamente, a comercialização d'água já supera a de refrigerantes, o que enfatiza como a resolução do problema de gestão da água nas cidades, justa e igualitária, permanece em espera, por fazer, prevenindo a construção de novos quadros de dependência.

Jornais

Idade D'Ouro, Suplemento extraordinário”, Anno de 1818, número 99, 15 de dezembro.
Maganize Millionaire, February, 1, 2017: *How Lagos First Millionaire, Candido da Rocha Built His fortune*. In <http://millionaire.ng/how-lagos-first-millionaire-candido-da-rocha-built-his-fortune>, consultado a 5/05/2019.

Acervo da Bibliotheca Gonçalo Moniz - Faculdade de Medicina da Bahia

ARAÚJO, Jorge Agostinho de. Contribuições ao estudo das águas potáveis como meio produtor e propagador das moléstias infecciosas. Bahia: Imprensa Popular, 1899;
ARAÚJO, Tiburcio Suzano. Efeitos do uso das águas impuras sobre a economia. Litho-Typografia Ligouri, Mirando & C., 1885;
GUIMARÃES, Rosendo Agripino. Água. Bahia: Typographia de J.G. Tourinho, 1871.

- MONTEIRO, Domingos, Martins Pereira, *Analyse das aguas potáveis sob o ponto de vista Chímico, Bacteriologico e hygienico*. Bahia: Typographia e Encadernação Empreza Editora, 1897.
- PEREIRA, Theodolindo Antonio da Silva; *A Theoria microbiana e a mineralização das aguas de esgoto*. Bahia: Litho-Typografia Passos, 1905.
- SILVA, Octavio Torres da. *A cidade do Salvador perante a Hygiene*. Bahia: Typographia Moderna, 1908.

Bibliografia

- ACEY, Charisma. *Exploration, Space vs Race: A Historical of Spatial Injustice and Unequal Access to Water in Lagos, Nigeria*. Lagos: Critical Planning Summer, pp. 49-71, 2007.
- _____. *The Challenge to Delivery of Public Goods in Rapidly Expanding Cities in Africa: Financing and Implementing Water and Sanitation Policies in Lagos, Nigeria*. Prepared for the 4th European Conference on African Studies, 15-18 June, 2011.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de. *O Jogo da dissimulação: abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMOS, Alcione Meira. *Os que voltaram. A história dos retornados afro-brasileiros na África Ocidental no século XIX*. Belo Horizonte: Tradição Planalto, 2007, p. 111.
- BACELAR, Jeferson. *A Casa da Água: os que foram e os que ficaram*. Beatriz: uma Rocha de verdade. Texto inédito.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: um Haussman tropical. A renovação urbana na cidade do Rio de Janeiro no início do séc. XX*. Turismo e Esportes Secretaria Municipal de Cultura. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, Vol. 10, 1990.
- BRAADBAART, O. *A transferência Norte-Sul do paradigma da água canalizada: O papel do setor publico nos serviços de água e esgotos*. In HELLER, L.; CASTRO, J.E. *Política Pública e gestão de serviços de saneamento*. Belo Horizonte: Editora UFMG, p.116-134, 2013.
- CASTRO, Antonio Maria de Miranda e. *As Aguas Mineraes Brasileiras e as particulares as da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1841.
- CARNEIRO, Henrique. *Comida e sociedade. Uma história da alimentação*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.
- CHERNOVIZ, P. L. N. *Formulário e Guia Médico*. Paris: Livraria de A. Roger & F. Chernoviz, 1886.
- CONTRERAS, Jesús. *Antropología de la alimentación*. Madrid: Eudema Antropología Horizontes, 1993.
- CUNHA, Marianno Carneiro. *Da Senzala ao Sobrado. Arquitetura Brasileira na Nigéria e na República Popular do Benim*. São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1985.
- FERREIRA, Bento Antonio Luiz. *A Agoa nos diferentes estados, em que se acha na natureza, e sobre as agoas potáveis em geral, drecipção e analyse chimica das principais agoas potáveis do Rio de Janeiro seguida de algumas reflexões sobre os seus respectivos encanamentos*. Rio de Janeiro: Typographia Franceza, 1841.
- JENNINGS, Eric T. *Curing the Colonizers. Hydrotherapy, Climatology and French Colonial Spas*. Durham and London, Duke University Press, 2006.
- MURTHA, Ney Albert; CASTRO, José Esteban; HELLER, Léo. *Uma perspectiva histórica das primeiras políticas públicas de saneamento e de recursos hídricos no Brasil*. Ambiente & Sociedade, São Paulo: v. XVIII, n. 3, p. 193-210, jul.-set.

2015. <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v18n3/1809-4422-asoc-18-03-00193.pdf>
- OLINTO, Antônio. *Brasileiros na África*. 2.^a edição. São Paulo, grd/ind-mec, 1980.
- _____. *A casa da Água*. Rio de Janeiro: Difel, 1978.
- OLUKOJU, Ayodeji. *Chapter three. Water supply in the nineteenth and twentieth centuries In: Infrastructure Development and Urban Facilities in Lagos, 1861-2000 [online]*. Ibadan: Institut Français de Recherche en Afrique, 2003 (generated 25 December 2016). Available on the Internet: <<http://books.openedition.org/ifra/830>>
- PINHO, Wanderley. *História de um engenho do Recôncavo. Matoim-Novo Caboto-Freguesia 1552-1944*. 2.^a edição, ilustrada e acrescida de um Apêndice. São Paulo: Ed. Nacional; Brasília: INL, Fundação Pró-Memória, 1982.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- WEIMER, Günter. *Inter-Relações Afro-Brasileiras na Arquitetura*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.
- _____. *Inter-relações Arquitetônicas Brasil-África*. Disponível em <https://www.ihgrgs.org.br>. Rio Grande do Sul: Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, Publicado no site em 28/05/2008.
- YESU, E.; AMOR, A. M. *Sou Brasileiro: História dos TABOM, Afro-Brasileiros em Acra, Gana. Afro-Ásia, Salvador*, n. 33, p. 35-65, 2005.